



Servidores

na Luta

Av. Campos Sales, 106 | Vila Nova | Santos | CEP:11013.401
☎ 13. 3228.7400 ✉ sind_serv@uol.com.br
🌐 www.sindservsantos.org.br 📱 /SindservSantos

JULHO de 2016 | Nº 92

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA E.C.T.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS

Cozinheiras (os), Merendeiras e Ajudantes de Cozinha na luta!



res avaliaram que já não seria viável entrar em uma nova greve, tanto pelo prazo apertado da *Lei Eleitoral* (segundo tal *Lei*, o governo só poderia conceder as outras reivindicações - reclassificação e redução da carga horária - até o dia 01/07), quanto pelo risco da Prefeitura conseguir novamente decisão favorável na Justiça, mesmo que o sindicato cumpra exatamente as absurdas exigências (que não constam na *Lei de Greve*) que o juiz usou como argumento para decretar a greve abusiva. Portanto, reunidos em assembleia no dia 15/06, os servidores resolveram, mesmo insatisfeitos, aprovar o acordo.

Com a pressão das cozinheiras, que não deixaram de se manifestar mesmo sem greve, a Prefeitura aceitou essa proposta apresentada pelo Ministério Público durante a audiência de conciliação realizada no dia 14/06 no gabinete do vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A assembleia das (os) trabalhadoras (es) aprovou também a criação de um Grupo de Trabalho que irá ajudar a apurar os problemas nas cozinhas da Prefeitura e organizar outras formas de luta da categoria.

A Prefeitura terá até o dia 24 de julho para apresentar um cronograma de obras de reforma das cozinhas, melhorando as condições de trabalho dos servidores. O SINDSERV ficou encarregado de elencar a lista das cozinhas por ordem de prioridade.

Além disso, a administração municipal terá que fornecer anualmente quatro kits de uniformes (ao invés de apenas dois como ocorre atualmente), não poderá descontar o dia parado (06/06) e não haverá a multa contra o SINDSERV estipulada pela Justiça de R\$ 50 mil por suposto descumprimento de *Ordem Judicial*.

A contrapartida para os servidores das cozinhas é a não realização de nova paralisação. Os trabalhado-



PODER JUDICIÁRIO

CÓPIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho Cumprido do Grupo
Processo nº 2112647-45/2016 B 76 0000

foi oferecido pela Prefeitura que, até o mês de setembro de 2016, passará a fornecer 04 (quatro) kits de uniforme aos Servidores da Merenda ao invés de 02 (dois) kits, como atualmente ocorre.

Prefeitura apresentará novo cronograma, promovendo as adequações que sejam possíveis dentro do que vier a ser solicitado pelo Sindicato.

Prefeitura compromete-se a não realizar desconto pelo dia em que houve paralisação, bem como a não executar a multa em virtude do descumprimento da ordem judicial, desde que não haja movimento paredista.

VICE-PRESIDENTE

Des. Ademir Benedito:

Ministério Público do Estado de São Paulo

Dr. Eduardo Francisco dos Santos Júnior

Assessoria da Vice-Presidência

Dr. Daniel Issler

Dr. Maria dos Anjos Garcia de Alcaraz da Fonseca

Município de Santos

Dr. Rafael Aguiar Volpato.

Dr. Fábio Alexandre Fernandes Ferraz

Sr. Vonuzia Fernandes do Nascimento.

Sr. Sofia Bonna Roschetti Barbosa.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos

Sr. Flavio Antonio Rodrigues Saraiva.

Dr. Wagner José de Souza Gatto.

CONTINUA

A LUTA CONTINUA!

Todos sabíamos que a luta não seria fácil! E não está sendo mesmo. Brigamos, fizemos reuniões com o governo, atos, assembleias, panfletagens, paralisação, denunciávamos na imprensa, nos defendemos na Justiça, provamos para a população que nossos motivos são

justos etc. O que conquistamos não foi o que queríamos e mesmo a conquista (melhora nas condições de trabalho) só sairá do papel se continuarmos mobilizados para fiscalizar o seu cumprimento, mas... VALEU A PENA!

Conquistamos mais do que as

reformas e o não desconto do dia parado, conquistamos de volta nossa dignidade! E a cada passo desse movimento, aprendemos o quanto somos FORTES quando estamos UNIDOS! Aprendemos qual é o papel da Justiça no jogo entre patrões contra empregados, o papel da im-

pressão, das *Leis*... Furamos o cerco ideológico que tenta nos fazer curvar e dizer amém por termos apenas um emprego.

Nossa luta continua para fazer valer a promessa de melhor condição de trabalho, pela Reclassificação e pelas 30h sem redução salarial!

NENHUM DIREITO A MENOS! AVANÇAR RUMO A NOVAS CONQUISTAS!

Governo tentou desmobilizar de diversas formas



Durante o processo de greve, foram várias as tentativas sorrateiras do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) para intimidar os trabalhadores. Primeiro foi na Justiça e, através de mentiras, conseguiu *Liminar* que multaria o sindicato em R\$ 50 mil por dia de paralisação.

Vendo que as cozinheiras não se intimidaram e permaneceram

na praça o dia todo, o governo entrou com nova Ação e conseguiu aumentar a multa para meio milhão de reais por dia de paralisação. Caso se concretizasse, Paulo Alexandre conseguiria o que sempre sonhou: Fechar o sindicato de luta, SINDSERV, e daqui pra frente “negociar” somente com o outro sindicato, o amigo-do-patrão.

Ele inviabilizou a greve, mas

não a luta. Os servidores, foram no coração do Gonzaga dialogar com a população, fizeram panfletagens com os pais de alunos, denunciaram as condições de trabalho na imprensa etc.

A administração municipal não conseguiu esconder a verdade da população. Desesperado, Paulinho tentou pressionar as cozinheiras pessoalmente. Tentou realizar

uma reunião no dia 13/06 com algumas cozinheiras e a Secretária de Educação, mas com um “porém”: Sem a presença do sindicato.

Essa tentativa de manipular o movimento (uma verdadeira atitude anti-sindical por parte da Prefeitura) também não surtiu efeito. As trabalhadoras decidiram que sem o sindicato não haveria reunião alguma e assim foi feito.

Veja o histórico de nossa luta:



○ **29/06/10:** Sindicato protocola abaixo-assinado por concurso para cozinheiras;

○ Inúmeras lutas por melhores condições de trabalho;

○ **17/09/14:** Sindicato e cozinheiras entregam reivindicações;

○ Inúmeras reuniões com o Secretário de Gestão em conjunto com movimento pela Reclassificação;

○ **10/05/16:** Reunião com o Secretário de Gestão que NEGOU todas as reivindicações;

○ **20/05/16:** Edital convocando a assembleia;

○ **20/05/16:** Distribuição do Boletim convocando a assembleia;



Cozinheiros, Merendeiros e Ajudantes de Cozinha mobilizados e na luta

ASSEMBLEIA com indicativo de GREVE dia 02/06 (quinta-feira), 19h, no Sindicato dos Metalúrgicos (Av. Ana Costa, 55, Vila Mathias)



○ **02/06/16:** Assembleia decide por greve;

○ **03/06/16, 10h45:** Ofício comunicando a greve para a prefeitura é protocolado;

○ **05/06/16, 11h00:** Prefeitura protocola pedido de ilegalidade da greve e multa de R\$ 50 mil por descumprimento;

○ **05/06/16, 14h00:** Juiz Edmundo Lellis Filho concede a *Liminar* (em tempo recorde e em pleno domingo);

○ **05/06/16, 17h00:** Oficial de Justiça intima o sindicato sobre o teor da *Liminar* (em tempo recorde e em pleno domingo);



○ **06/06/16, 08h30:** Sindicato informa, na Praça Mauá, sobre a *Liminar*. As cozinheiras decidem ficar na praça fazendo manifestação por suas reivindicações;

○ **06/06/16, de manhã:** Jurídico do sindicato entra com "Agravado de Instrumento" contra a decisão *Liminar* que suspendeu a greve;

○ **06/06/16, de manhã:** Prefeitura entra com "Dissídio Coletivo de Greve" no Tribunal de Justiça em São Paulo;

○ **06/06/16, 16h00:** As cozinheiras decidem voltar ao trabalho no dia seguinte e aguardar a decisão sobre o recurso judicial;

○ **07/06/16:** Vice-presidente do TJ marca audiência de conciliação para o dia 14/06;



○ **10/06/16, 9h:** SINDSERV vai à Rádio CBN Santos desmentir Prefeitura;

○ **10/06/16, 18h:** Mesmo a Justiça proibindo a realização da greve, as cozinheiras se mantiveram ativas. Nesse dia, divulgaram os motivos do movimento para a população no Gonzaga;



○ **13/06/16:** Paulo Alexandre tenta pressionar pessoalmente as cozinheiras, mas dá com os burros n'água;

○ **14/06/16, 14h30:** Prefeitura aceita proposta de promotor durante Audiência de Conciliação no Tribunal da Justiça de SP;



○ **15/06/16, 19h:** Reunidos em assembleia, trabalhadoras(es) aceitam acordo;

○ **16/06/16, 19h:** Grupo de Trabalho, definido na assembleia, já começa a discutir como será feito o Raio X das cozinhas;

... A LUTA não termina aqui, ainda temos muito o que fazer e conquistar! Faça parte dessa história!

CONTINUA

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS
Fundado em 17 de outubro de 1909 - CNPJ: 07.735.090/0001-74
AESB nº 24000.00234390

URGENTE

Ofício SINDSERV nº 170/16

Santos, 03 de junho de 2016

Prezado Senhor:

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos, vem por intermédio deste, comunicar que os Cozinheiros, Merendeiros e Ajudantes de Cozinha da Prefeitura Municipal de Santos, em Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada e realizada no dia 02 de junho de 2016, deliberou que os profissionais dos referidos segmentos fazem greve, por tempo indeterminado, a partir do dia 06 do mês do presente ano.

Sem mais, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

FLAVIO ANTONIO RODRIGUES SARAIVA
Presidente

DETO. Sr.
PAULO ALEXANDRE BARBOSA
Prefeito Municipal de Santos

Avenida Campos Sales, 136 - Vila Nova - Santos - CEP 13.033-401
Tel.: (13) 3298-7400 - Site: www.sindservsantos.org.br

PL 257/2016: Servidor, nossa vida funcional está em risco



Lembra quando a FIESP fez a campanha “Não vou pagar o pato”? Pois é, deu certo e os donos das indústrias não perderam nenhum centavo das enormes isenções fiscais que recebem do governo. Demitiram em massa os trabalhadores e agora começam a voltar a contratar pela metade dos antigos salários.

Adivinha quem a FIESP queria que pagasse o pato? Não precisa ser ne-

ainda mais nítida nesse “novo” governo pós-golpe. O exemplo mais sintomático foi a declaração, logo nos seus primeiros dias de mandato, do novo Ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP-PR), que disse que irá diminuir o Sistema Único de Saúde (SUS). Após a grande imprensa divulgar que o maior financiador da campanha eleitoral de Barros em 2014 foi um plano de saúde, ele resolveu voltar atrás.

verdadeiras punições aos servidores. Isso mesmo, podia deixar os políticos responsáveis inelegível por não sei quantos anos, podia mandar eles pra Sibéria etc. Mas não, todo o castigo cai nas costas dos trabalhadores, é mole?!

Para se ter uma ideia, entre as inúmeras obrigações para se ter direito ao refinanciamento da dívida, o projeto exige que, nos dois anos seguintes, o Estado endividado:

-Suspenda a contratação de pessoal (exceto reposição de pessoal nas áreas de educação, saúde e segurança e reposições de cargos de chefia e direção que não acarretem aumento de despesa);

-Não edite novas leis ou crie programas que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira;

-Eleve as contribuições previdenciárias dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social. A elevação tem que ser de pelo menos 14% para os servidores;

-Reforme o regime jurídico dos servidores ativos, inativos, civis e militares

para limitar os benefícios, progressões e vantagens ao que é estabelecido para os servidores federais.

PRIVATIZAÇÃO COMPULSÓRIA

Caso o devedor não tenha o dinheiro do pagamento, o projeto prevê que os seus bens, direitos e participa-

ções acionárias em sociedades empresariais passem a ser da União que terá um prazo de até três anos para privatizá-los.

O RESPINGO NOS SERVIDORES MUNICIPAIS, UMA VERDADEIRA AVALANCHE

Apesar do Projeto tratar especificamente dos Estados, ele altera para pior a já nefasta Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fazendo com que tal PL também atinja diretamente os servidores municipais.

O Limite Prudencial cai ainda mais e nas contas do Gasto com Pessoal entra mais TODOS os valores de contratação de terceirização de mão-de-obra e todo o montante entregue para as Organizações Sociais (OSs).

Ou seja, agora quando finalmente o Gasto com Pessoal está baixo, se o PL vingar ele vai ultrapassar todos os limites e, mais uma vez, a Prefeitura negará qualquer pedido de reajuste salarial ou melhorias nas condições de trabalho que envolvam mais gastos. Tudo isso porque todos os serviços terceirizados entrarão na mesma conta dos Gastos com servidores.



nhum gênio pra descobrir, a crise toda foi (e continua sendo) despejada contra os trabalhadores. Querem acabar até mesmo com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), Lei que garante o mínimo para que não voltemos à escravidão.

Os verdadeiros donos do Brasil (independente dos seus funcionários de luxo - Dilma, Temer, Lula ou Aécio) querem também retaliar os serviços públicos para agraciar o setor privado. E isso atinge diretamente os servidores públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Essa ofensiva do setor privado querendo abocanhar serviços públicos é

PL 257/2016

Mas as intenções não estão apenas nas palavras, elas já foram sistematizadas, estão no papel e prontas para serem votadas pelos deputados federais (sim, aquele show de horrores). E quem achou que essa era mais uma ofensiva do Temer se enganou, o ataque foi proposto pela presidenta Dilma.

A desculpa do Projeto de Lei Complementar é acabar com a farra das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com os cofres federais. São obrigações previstas em Lei para o endividado poder refinarçar essa dívida com a União. O problema é que essas obrigações são

-Não conceda aumento de remuneração dos servidores a qualquer título;



Em defesa do Pré-sal e da Petrobrás



PSDB'S SERRA REPORTEDLY OPPOSES FRAMEWORK, BUT NO SENSE OF URGENCY

13. (C) According to IBP's Pradal, likely PSDB 2010 Presidential Candidate **Jose Serra** opposed the framework, but seemed to lack a sense of urgency on the issue. She quoted him as telling industry representatives, "Let those guys [Worker's Party] do what they want. There will be no bid rounds, and then we will show everyone that the old model worked... And we will change it back." As for what would happen to foreign oil companies in the meantime, Serra reportedly remarked, "You will come and go." Congressional sources have also told Embassy officers that Serra has signaled PSDB and other opposition sources that they should amend - but not oppose the final Pre-Salt legislation, and urged opposition legislators to avoid vocal opposition to the law.

O momento não é nada bom para os trabalhadores do Brasil. Após o golpe, o Estado tenta ganhar mais legitimidade para atacar os direitos dos trabalhadores e garantir assim a volta do crescimento do lucro para os grandes empresários (verdadeiros donos do Estado).

Já vimos na página anterior que para os servidores públicos (federais, estaduais e municipais) já está reservado um golpe em especial: A PL 257/2016.

Outro grave ataque à classe trabalhadora brasileira é o projeto de lei que altera as regras de exploração de petróleo do pré-sal. Atualmente em discussão no Congresso Nacional sob o número 4567/16, o projeto foi aprovado no Senado (sob o nome PLS 131) após acordo entre Renan Calheiros (PMDB) e Dilma Rousseff (PT).

De autoria do senador José Serra (PSDB), atualmente ministro das Relações Exteriores, este projeto retira da Petrobrás a exclusividade das atividades no pré-sal e acaba com a obrigação da estatal a participar com pelo menos 30% dos investimentos em todos os consórcios de exploração da camada. Com isso, a entrega desta riqueza é aprofundada.

Por isso, o SINDSERV Santos apóia a luta dos

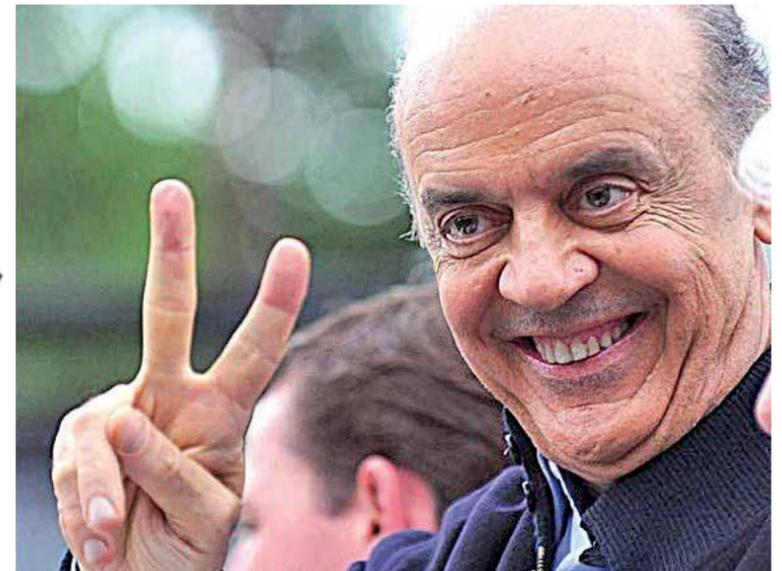


petroleiros e têm participado das manifestações em defesa do Pré-sal e da Petrobrás organizadas pelo Sindipetro-LP.

Para a nação, as perdas são incalculáveis. A declaração, feita durante anúncio das medidas econômicas que serão colocadas em prática pelo novo governo, demonstra que a política

nacional está voltada estritamente para a retirada de direitos trabalhistas, modificação (pra pior) da CLT, e entrega de estatais ao mercado. Enquanto isso, a elite segue preservada.

Em tempos de petróleo a menos de US\$ 50, com pouco estímulo à implantação de energia renovável e economia cada vez mais



Documento divulgado pelo site Wikileaks revela Serra prometendo pré-sal para empresas norte-americanas

volátil, seremos cada vez mais dependentes economicamente, enquanto bilhões de reais escoam para as matrizes estrangeiras, que assumirão o pré-sal brasileiro.

Se para políticos como Serra, que trama há anos com a empresa americana Chevron a entrega do pré-sal e da Petrobrás (con-

forme denunciado pelo Wikileaks), cabe a nós, trabalhadores, denunciarmos as perdas que sofreremos econômica, social e politicamente. Temos que barrar esse processo e somente com o apoio da sociedade e unindo forças com trabalhadores de todas as categorias poderemos vencer essa luta.



Guardas definem reivindicação



Os Guardas Municipais de Santos se reuniram em assembleias nos dias 24 e 25 de maio e aprovaram uma proposta de como querem que seja a escolha do novo comando da corporação.

A Prefeitura de Santos precisa se adequar à *Lei Federal 13.022/14* até o dia 8 de agosto. Tal *Lei* obriga que "Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade". Ou seja, o comando terá que ser exercido por Guardas Municipais de carreira e não por militares, como é atualmente.

Por conta disso, os Guardas resolveram ir a luta para que o novo comando seja escolhido através de eleição direta. A proposta prevê que a Administração Municipal possa escolher o comandante entre os três mais votados pelos Guardas para o cargo de Comandante, assim também para o Subcomandante.

A vontade dos trabalhadores precisa ser respeitada

Além de defender a eleição direta, com a escolha por lista tríplice, os servidores definiram como querem que seja feito todo o processo (critérios mínimos para se candidatar, formação e prerrogativas da comissão eleitoral e, em linhas gerais, como será tal votação).

Tanto o *Plano de Carreira* quanto o *Regimento Disciplinar* continuam sendo discutidos pelo *Grupo de Trabalho* formado pelos Guardas e pelo SINDSERV. Ainda é possível participar do GT, entre em contato com o sindicato para ficar por dentro da próxima reunião: 3228-7400, secretaria@sindservsantos.org.br, ou Av. Campos Sales, 106 - Vila Nova.

**LUTAR PARA ORGANIZAR!
ORGANIZAR PARA LUTAR!**

PARA QUEM
ELES TRABALHAM?

Greve das merendeiras mostra uma câmara acuada pela fraude da merenda



A forma como foi abordada a greve das merendeiras das escolas da rede pública de Santos na sessão do dia 6 de junho, na Câmara de Vereadores, foi bastante sintomática. Ou seja, denotou um comportamento específico, diante de um tema espinhoso.

Há uma fraude escandalosa na compra de merenda escolar sendo investigada em dezenas de municípios paulistas e no governo tucano de São Paulo. Incluindo Santos, onde um vereador seria o intermediário da negociata.

Após a reação natural com a denúncia, não



Acesse: www.vereadoresdesantos.com



mais se falou sobre o assunto na câmara santista. Silêncio total. Certamente por receio de que o tema volte a incomodar, foram poucos os que falaram sobre a greve das merendeiras na sessão.

A rede de proteção ao Executivo entrou em operação e todos os costumeiros defensores da Educação se calaram. Mesmo assim, houve quem apontasse as precárias condições de trabalho da classe e irregularidades como até o oferecimento de alimentos estragados. A situação na cozinha escolar não está nada fácil.

Prazo para aderir ao Fies termina hoje
O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) oferece 1.511 contratos em 14 faculdades e universidades de sete cidades da Baixada Santista. O estudante pode se inscrever para um curso e um turno. A-12

cidades@atribuna.com.br

Cidades

Santos teria esquema na merenda

Pessoas ligadas a uma empresa investigada por contratos fraudulentos com prefeituras paulistas mencionam Cidade em depoimentos

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Três pessoas ligadas à Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar (Coaf Brasil) relataram ao Ministério Público Estadual e à Polícia Civil que a Prefeitura de Santos seria uma das partes envolvidas em um grande esquema de corrupção relacionado à compra de produtos para a merenda escolar.

Há indícios de que os dois negócios envolvendo o Município tenham sido intermediados por um vereador da Cidade (cujo nome não foi revelado às autoridades) e pelo presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), Sebastião Misiara, o que é negado por ele (veja matéria).

Além disso, havia planos pa-

No Município

>>> **Os contratos**
Conforme apurado por A Tribuna com base em informações publicadas no Diário Oficial de Santos a partir de 2013, a Prefeitura de Santos manteve dois contratos com a Coaf Brasil para a aquisição parcelada de alimentos de agricultura familiar a serem usados na merenda escolar pelo período de um ano. Ambos foram assinados em 2014

>>> **Suco de laranja Integral**
Na primeira licitação, a Administração Municipal pagou R\$325.620,00 para o fornecimento de 243 mil unidades de suco de laranja integral de 200 mililitros. Cada unidade foi dividida em

segundo o secretário municipal de Gestão, Fábio Ferraz

>>> **Hortifrúti**
Para a segunda chamada pública, foram desembolsados R\$385.750,00 para o fornecimento de produtos processados a partir de maio de 2014: 9.800 quilos (kg) de abobrinha brasileira, 17.200 kg de mandioca descascada, 9.800 kg de pimentão verde, 14.700 kg de abóbora cabotiá, 9.800 kg de beterraba descascada e 7.400 kg de cenoura descascada. Apenas 16% do que estava previsto realmente foi cumprido e pago pela Prefeitura (R\$ 63.712,00), que formalizou reclamação sobre a qualidade dos produtos entregues pela

Trechos de depoimentos

Adriano Mauro - Prestador de serviço do Departamento Financeiro da COAF
Pág. 3

Dr. MIZIARA também agenciou contrato com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e Prefeituras de: Barueri; Santos e Americana;

MARCEL estava se movimentando para abrir caminho para a COAF nas Prefeituras de Guarujá, Osasco e Jaú;

Obs.: Marcel Ferreira Jillo, suposto intermediador de propinas

Carlos Alberto Santana da Silva - Atual presidente da COAF
Pág. 5

Pág. 7



ATAQUE AOS COFRES PÚBLICOS

Demora de até 5 horas na UPA Central irrita pacientes

Para o prefeito e o dono da OS, a situação tá tranquila, tá favorável: R\$ 19,1 milhões em terceirização e quarteirização para isso



1 Para a Prefeitura de Santos está tudo bem a UPA Central ser terceirizada e até quarteirizada (sim, a Fundação do ABC subcontrata empresas para fornecer médicos, muitos inexperientes e há até mesmo sem residência médica).

2 Para a Prefeitura de Santos está tudo bem um paciente morrer após ser encontrado acidentalmente no banheiro, caído ao lado do vaso sanitário, em parada cardiorrespiratória, mesmo tendo se queixado de dores no peito na triagem.

3 Para a Prefeitura de Santos está tudo bem a UPA ser alvo de inquérito no Ministério Público por denúncias de irregularidades trabalhistas.

4 Para a Prefeitura de Santos está tudo bem a UPA ser gerenciada por uma Organização Social - a Fundação do ABC, que é alvo de vários processos no Tribunal de Contas, MP e é investigada por Frente Parlamentar na Assembleia do Estado.

5 Para a Prefeitura de Santos certamente também está tudo bem pagar R\$ 19,1 milhões ao ano para terceirizar o serviço, dizendo que ele atingiria níveis de excelência e agora ver as pessoas esperarem mais de 5 HORAS para serem atendidas.

Todos os fatos que agora estão sendo constatados foram alertados ao Prefeito e aos vereadores pelo SINDSERV Santos. No entanto, sem discutir com os servidores e a população, o Governo e os vereadores alinhados ao prefeito aprovaram a Lei das OSs. Eles sabiam de todos os riscos,

já que os mesmos problemas ocorreram em outras cidades onde a saúde foi terceirizada.

6 Para a Prefeitura de Santos está tudo bem cometer a mesma irresponsabilidade terceirizando para outra OS o Hospital dos Estivadores, por até R\$ 68 milhões/ano! E ainda tem a cara-de-pau de pedir para a população participar de um abaixo-assinado pedindo mais dinheiro do governo federal e estadual. Ou seja, dinheiro NOSSO para ser entregue de mão-beijada para a OS que vai lucrar nos Estivadores.



Acesse: www.ataqueaoscofrespublicos.com